



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Comarca de Toledo - 2ª Promotoria de Justiça

EDITAL N.º 003/2.020

**TESTE SELETIVO PARA INGRESSO AO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

O Promotor de Justiça, **JOSÉ ROBERTO MOREIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo **PROCESSO SEI N.º. 19.19.4902.0025258/2020-14**, resolve:

TORNAR PÚBLICO

o presente edital, que estabelece as instruções destinadas à **SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE 01 (um) ESTAGIÁRIO/NÍVEL GRADUAÇÃO** para atuar perante a **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TOLEDO**.

1 - DOS REQUISITOS. Poderão se inscrever os acadêmicos matriculados no ano de 2.020 no 3º ano ou períodos seguintes de um Curso de Direito. Na data da nomeação, o candidato selecionado deverá demonstrar estar matriculado na 3ª série de um Curso de Direito, ou em período subsequente (ou em período equivalente, se o seu curso for semestral).

2 - DA VAGA A SER PREENCHIDA. O candidato selecionado ocupará a **vaga n.º 1763** existente na **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TOLEDO**. Os demais aprovados formarão cadastro de reserva para eventuais vagas que venham surgir. O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio de graduação, mais auxílio-transporte, no valor total de **R\$ 1.254,80**, para estagiar de segunda a sexta-feira, **por 4 horas/dia**.

2.1 – Serão reservados 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas na seleção aos negros, conforme estabelecida na Resolução n.º 4071/2020.

2.2 – Serão reservados 10% (dez por cento) das vagas oferecidas na seleção às pessoas com deficiência, conforme estabelecido na Lei Federal n.º 11788/2008.

2.3 – A reserva de vagas dos itens 2.1 e 2.2 deverá ser aplicada considerando-se a hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e a formação de cadastro de reserva.

2.4 – As vagas que eventualmente não forem preenchidas pelos candidatos descritos nos itens 2.1 e 2.2 serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

2.5 – Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certamente, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Comarca de Toledo - 2ª Promotoria de Justiça

3 - DO PROGRAMA: VIDE ANEXO.

4 - DAS INSCRIÇÕES. Serão realizadas no período de 30 de novembro a 17 de dezembro de 2020, perante o SETOR DE AUXÍLIO À 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - EDIFÍCIO PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, situado na Rua Almirante Barroso, nº 3.200 – Centro Cívico, de segunda-feira a sexta-feira (em dias úteis), das 08h30 min. às 11h00min., ou das 13h30min às 16h30min. Para outras informações, favor ligar para **(45) 3378-5355**.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. O candidato deverá anexar no momento da inscrição os seguintes documentos:

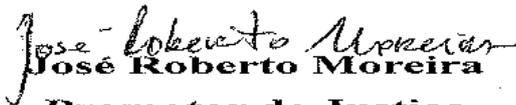
- a) Fotocópias da cédula de identidade e do CPF.
- b) Ficha de inscrição preenchida com os dados do candidato para o teste, fornecida pelo órgão ministerial.

6 – DO TESTE SELETIVO. O teste seletivo consistirá numa prova escrita e será aplicada no dia 26 de janeiro de 2021 (terça-feira), na sala de reuniões das Promotorias de Justiça da Comarca de Toledo, às 13h30min., ou em outro local a ser comunicado previamente a todos os inscritos. A prova terá duração de 04 (quatro) horas e será eliminado o candidato que não obtiver no mínimo a nota 7,0 (sete). O não comparecimento do candidato nos horários e locais acima especificados implicará na sua desclassificação do teste seletivo. Nessa prova o candidato será indagado sobre os pontos constantes do programa descrito no anexo a este edital. Não será admitido o uso e consulta à legislação, doutrina ou outro material de apoio auxiliar.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO. Serão classificados todos os candidatos que atingirem a nota mínima 7,0 (SETE), desde que preencham os requisitos constantes deste Edital e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução 4171/2016, da PGJ, bem como com os demais atos normativos atinentes à espécie.

8 - DO RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO. O edital, contendo informação acerca da nota final e respectiva vaga a ser ocupada pelo candidato aprovado será afixado no prédio sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Toledo no dia **29 DE JANEIRO DE 2021, a partir das 13h30min.** A contratação do(s) candidato(s) aprovado(s) dependerá da conveniência ao Ministério Público do Estado do Paraná. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Toledo, 27 de novembro de 2.020.


José Roberto Moreira
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Comarca de Toledo - 2ª Promotoria de Justiça

ANEXO (CONTEÚDO PROGRAMÁTICO)

DIREITO PENAL

- 01) Direito Penal. Conceito. Função. Limites e características. Direito Penal fundamental. Direito Penal comum e especial. Fontes e interpretação da norma penal.
- 02) Garantias penais fundamentais na Constituição.
- 03) Norma penal. Conceito e classificação. Norma penal em branco. Destinatários da norma penal. Fontes de Direito Penal. Interpretação da norma penal. Integração da norma penal. Analogia.
- 04) Princípio da Reserva Legal. Antecedentes históricos. Fundamentos jurídicos e alcance do princípio.
- 05) Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e lei penal no espaço. Contagem dos prazos, frações, prazos da parte geral do Código Penal e da legislação especial.
- 06) Teoria do Crime. Conceito de crime. Características.
- 07) Teorias da ação. Causas que excluem a ação.
- 08) Teoria do Tipo. Classificação. Elementos e estrutura do tipo. Funções do Tipo. Modalidades de tipos. Tipicidade objetiva e subjetiva. Atipicidade absoluta e relativa. Teoria da adequação social e o princípio da insignificância.
- 09) Conflito aparente de normas. Princípios e critérios de aplicação. Objeto do crime. Bem jurídico. Sujeito ativo e passivo.
- 10) Dolo. Conceito. Teorias. Elementos do dolo. Espécies e elementos subjetivos diversos do dolo. Relação de causalidade. Causação e imputação do resultado. Teorias.
- 11) Culpa. Elementos estruturais. Espécies de culpa. Modelo de homem prudente e princípio da confiança.
- 12) Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo e erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Erro acidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Erro e relação de causalidade.
- 13) Resultado e nexos causal. Conceito. Concausas. Teoria da imputação objetiva. Causalidade nos crimes omissivos.
- 14) Antijuridicidade. Conceito. Formas. Causas de justificação. Os excessos. Consentimento do ofendido.
- 15) Princípio da culpabilidade. Responsabilidade objetiva. Crimes qualificados pelo resultado. Crime preterdoloso.
- 16) Culpabilidade. Teorias. Conceito. Elementos.
- 17) Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão. Imputabilidade diminuída. Embriaguez. "Actio libera in causa". Emoção e paixão.
- 18) Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro de proibição. Conceito e modalidades. Distinção entre erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição vencível e erro de proibição invencível.
- 19) Exigibilidade de comportamento conforme o direito. Princípios gerais. Inexigibilidade. Hipóteses legais e supralegais de exculpação.
- 20) Estrutura do crime omissivo. Crime omissivo próprio. Crime comissivo por omissão. Tipo subjetivo nos crimes omissivos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Comarca de Toledo - 2ª Promotoria de Justiça

- 21) Tentativa. Conceito. Teorias. Natureza e elementos. Crime tentado, crime consumado e exaurimento. Formas de tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível e delito putativo. Arrependimento posterior.
- 22) Concurso de Agentes. Teorias. Concurso necessário e concurso eventual. Autoria e participação. Autoria mediata e autoria colateral. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Natureza jurídica do concurso e da participação. Da cooperação dolosamente distinta. Punibilidade. Conivência.
- 23) Concurso de crimes. Concurso material, concurso formal e crime continuado. Princípios e critérios de aplicação.
- 24) Teorias da Pena. Espécies. Fundamentos, fins e conceito da pena. Classificação das penas. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Detração penal. Medidas de Segurança.
- 25) Aplicação da pena. Critério trifásico de aplicação. Circunstâncias judiciais. Agravantes e atenuantes. Causas de Aumento e de Diminuição. Limites e possibilidades. Critérios para determinação do regime de cumprimento de pena. Substitutivos Penais. Conceitos e classificação.
- 26) Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação.
- 27) Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade. Escusas absolutórias.
- 28) Extinção da punibilidade. Conceito. Modalidades. Momentos de ocorrência e efeitos.
- 29) Ação penal. Espécies. Crime complexo.
- 30) Prescrição. Espécies. Prazos. Características.
- 31) Perdão judicial. Conceito. Natureza jurídica.
- 32) Transação Penal.
- 33) Suspensão Condicional do Processo.
- 34) Acordo de não persecução penal.

DIREITO SANITÁRIO

- 1) O Direito à saúde na ordem constitucional.
- 2) Saúde e seguridade social.
- 3) O Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes norteadores, as atribuições administrativas da União, dos Estados e dos Municípios na garantia do direito à saúde, as condições, critérios e fatores determinantes na organização e planejamento de um Sistema de Saúde.
- 4) Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90).
- 5) Decreto Federal nº 7.508/2011.
- 6) Incorporação de tecnologia no Sistema Único de Saúde. Bens e serviços fora da oferta SUS –admissibilidade.
- 7) Assistência farmacêutica, Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME e Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Comarca de Toledo - 2ª Promotoria de Justiça

- 8) Lei 10.216/2001, Política de Saúde Mental no Brasil, Reforma Psiquiátrica, serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e o papel do Ministério Público, parâmetros legais de enfrentamento à drogadição.
- 9) Responsabilidade administrativa, civil e penal dos profissionais e serviços de saúde.
- 10) Crimes contra a saúde pública no Código Penal, Lei Federal nº 8.080/90, Lei Federal nº 9.434/97 e Lei Federal nº 9.263/96, Lei Federal nº 12.653/2012 e Lei Estadual nº 12.970/2000.
- 11) Transplante de Órgãos (Lei Federal nº 9.434/97), Planejamento Familiar e Esterilização voluntária e involuntária (Lei Federal nº 9.236/96).
- 12) Nova Política Nacional de Atenção Básica – PNAB (Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017).
- 13) Judicialização e políticas públicas em saúde, instrumentos de preservação do direito à saúde sem judicialização.
- 14) Portarias de Consolidação GM/MS nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de 2017.
- 15) Aplicação da Lei Federal nº 13.655/2018 em matéria de saúde pública.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA, PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (INQUÉRITO CIVIL, PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, NOTÍCIA DE FATO E PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL) E AÇÕES COLETIVAS.

- 1) Lei Federal nº 7.347/85.
- 2) Tutela dos direitos transindividuais (difusos, coletivos stricto sensu e individuais homogêneos).
- 3) Resoluções nº 181, 23 e 161 do Conselho Nacional do Ministério Público.
- 4) Procedimento Investigatório Criminal e o inquérito policial.
- 5) Ação Civil Pública. Legitimidade ativa do Ministério Público. Condições da Ação. Objetivos. Requisitos da petição inicial. Competência. Litisconsórcio e assistência. Legitimação passiva. Unidade do Ministério Público. Desistência da Ação Civil Pública pelo Ministério Público. Desistência do Recurso pelo Ministério Público. Procedimento. Efeitos da Sentença/Coisa Julgada. Recursos. Conexão. Continência. Litispendência. Execução Coletiva.
- 6) Compromisso de Ajustamento de Conduta e Recomendações emanadas do Ministério Público.
- 7) Inquérito Civil e Procedimento Preparatório: Generalidades. Requisitos da portaria. Instrução, atribuição e objeto. Conclusão. Arquivamento Implícito. Controle do Arquivamento. Efeitos do arquivamento do inquérito civil e do procedimento preparatório. Diferenciação entre inquérito civil e procedimento preparatório.
- 8) Ações Coletivas. Espécies. Cabimentos. Legitimidade ativa e passiva. Competência. Procedimento. Efeitos da Sentença/Coisa Julgada. Recursos. Desistência. Conexão. Continência. Litispendência. Execução Coletiva.